RadarPolítico

www.ranking.org.br

Equipe técnica: Juan Carlos, Luan Sperandio, Gabriel Jubran, Danylo Shimano e Daniel Galvêas

EDIÇÃO 291 | 08 de novembro de 2026

PONTO A PONTO

• ENDIVIDAMENTO

O endividamento das famílias brasileiras recuou de 81,7% em setembro para 81,6% em outubro de 2026. A proporção de famílias que se consideram muito endividadas também diminuiu, passando de 17,3% para 16,8%, o menor percentual desde abril. O percentual de famílias sem dívidas permaneceu estável em 18,1%. O tempo médio de atraso das dívidas caiu de 65,3 para 65,1 dias, enquanto a parcela de famílias que comprometem mais da metade da renda com dívidas recuou de 19,4% para 19,3%, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da CNC.

• DÉFICIT

A dívida bruta do governo geral deve atingir 83,7% do PIB no fim de 2026, alta de 5,1 pontos percentuais em relação a 2025. O indicador poderá chegar a 86,3% do PIB em 2036, ou 103,4% em um cenário de choques macroeconômicos. O relatório também identifica R$ 4,87 trilhões em riscos fiscais potenciais, principalmente relacionados a processos judiciais, garantias da União e créditos de difícil recuperação, segundo dados do Tesouro Nacional.

• ECONOMIA

O mercado financeiro elevou de 5,19% para 5,22% a projeção de inflação para 2026. As expectativas para o dólar subiram de R$ 5,05 para R$ 5,34 e para a Selic, de 13,25% para 13,50%, enquanto a previsão de crescimento do PIB caiu de 1,80% para 1,76%. Para 2027, o mercado projeta inflação de 4,76%, Selic de 12,50%, dólar a R$ 5,40 e crescimento econômico de 1,20%, segundo Boletim Focus.

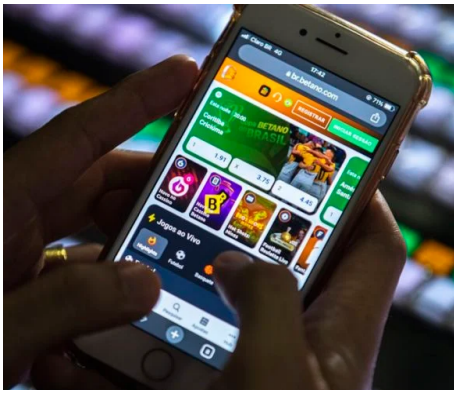
•EXPORTAÇÃO

Nos primeiros cinco meses de aplicação provisória do acordo Mercosul-União Europeia, entre maio e setembro de 2026, as exportações brasileiras de produtos beneficiados pelas preferências tarifárias cresceram 21% em comparação com o mesmo período de 2025. O acordo prevê redução gradual ou eliminação de tarifas e conecta mercados que reúnem cerca de 720 milhões de pessoas, segundo dados do MDIC.

•POLÍTICA

O risco país brasileiro, medido pelo CDS de cinco anos, subiu 18,25%, passando de 119,26 para 141,02 pontos. O indicador atingiu 137,43 pontos em 26 de outubro, após o segundo turno das eleições presidenciais. A alta reflete maior cautela dos investidores em relação aos riscos associados aos ativos brasileiros e às perspectivas da política econômica. O CDS mede o custo de proteção contra um eventual calote da dívida e, quanto maior sua pontuação, maior o prêmio exigido pelo mercado.

MP que proíbe as bets entra em urgência sem comissão instalada



(Foto: Joédson Alves/Agência Brasil)

O senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) afirmou que o governo vai tentar instalar na próxima semana a comissão mista que analisa a Medida Provisória 1.394/2026, que proibiu as apostas de quota fixa no país. Editada por Lula em 25 de setembro, a MP vetou a exploração, a oferta, a intermediação e a publicidade das bets. Também fixou um calendário para revogação de licenças, retirada das plataformas do ar e devolução dos valores depositados pelos apostadores.

A comissão teve seus membros designados em 30 de setembro, mas continua sem presidente, vice-presidente e relator, permanecendo pendente de instalação. O texto já recebeu 99 emendas, parte delas voltada a restabelecer as apostas esportivas ou a manter a proibição apenas para os jogos de cassino online. A MP entra em regime de urgência na segunda-feira (9), e o prazo inicial de vigência termina em 23 de novembro, prorrogável por mais 60 dias. Se não for votada a tempo, perde a eficácia.

A medida enfrenta resistência em várias frentes. As empresas do setor anunciaram que vão à Justiça para recuperar mais de R$ 2,5 bilhões pagos ao governo pelas outorgas previstas na lei de 2023. Juristas questionam a constitucionalidade da extinção das loterias autorizadas pelos estados, sob o argumento de violação ao pacto federativo. O tema foi objeto de audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF) nesta terça-feira (3). No Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) pediu audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), citando o endividamento das famílias e os efeitos das apostas sobre a saúde mental.

TENDÊNCIA: A demora na instalação da comissão, que depende de Alcolumbre, sugere que a MP virou mais uma peça da negociação entre o governo e o presidente do Senado. A pressão do setor e a judicialização tornam provável um de dois desfechos: o Congresso aprovar uma regulação mais restritiva no lugar da proibição total, ou deixar a medida caducar, o que devolveria o tema ao Executivo.

Equipe técnica: Juan Carlos, Luan Sperandio, Gabriel Jubran, Danylo Shimano e Daniel Galvêas **EDIÇÃO 291 |** 08 de novembro de 2026

Senado aprova PEC da Segurança por unanimidade e empurra maioridade penal para a Câmara



Plenário do Senado (Foto: Jonas Pereira/Agência Senado)

O Senado aprovou nesta terça-feira (3), em dois turnos, a PEC 18/2025, conhecida como PEC da Segurança Pública. O placar foi de 73 votos a zero no primeiro turno e 75 a zero no segundo, e o texto segue para promulgação sem precisar voltar à Câmara. A proposta havia sido retirada de pauta em 15 de outubro por falta de acordo sobre a maioridade penal. Voltou ao plenário com a base governista empenhada em aprovar o texto sem mudanças de mérito.

O parecer do relator, Rogério Carvalho (PT-SE), manteve em grande parte a versão aprovada pelos deputados. O texto leva à Constituição o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), com a União na coordenação das ações entre os entes, e cria o Sistema de Políticas Penais. Para líderes e integrantes de facções, milícias e grupos paramilitares, prevê cumprimento de pena em presídios de segurança máxima, limites à progressão de regime, à liberdade provisória e a benefícios penais, além da perda de bens ligados à atividade criminosa. A PEC também abre caminho para polícias municipais de atuação ostensiva e comunitária. No financiamento, o relator retirou a destinação de receitas das apostas esportivas aos fundos de segurança, mas preservou a reserva de 10% do superávit do Fundo Social do pré-sal para o setor.

A disputa da sessão girou em torno de duas emendas que reduziam a maioridade penal. A de Rogério Marinho (PL-RN) fixava a idade em 16 anos como regra geral e em 14 para crimes hediondos. A de Camilo Santana (PT-CE) limitava a redução para 16 anos aos crimes hediondos. Carvalho classificou o tema como estranho à proposta e pediu que as emendas tramitassem como PECs autônomas. O requerimento foi aprovado por maioria simples, com placar apertado de 38 a 36, e Marinho criticou a decisão como um precedente perigoso.

Na quarta-feira (4), o líder do MDB, Eduardo Braga (AM), reuniu 53 assinaturas para levar a redução da maioridade diretamente ao plenário. Alcolumbre, porém, retirou o tema da pauta a pedido de Hugo Motta, que se comprometeu a votar a matéria na Câmara ainda em novembro, por meio da comissão especial que analisa a PEC 32/2015. O líder do PL, Carlos Portinho (RJ), acusou o governo de quebrar o acordo, e senadores chegaram a sugerir 1º de dezembro como prazo final para a Câmara.

TENDÊNCIA: O governo sai com uma vitória relevante na agenda de segurança e deve editar ainda em novembro a medida provisória que cria o Ministério da Segurança Pública. A maioridade penal, contudo, deixou de ser uma emenda para virar pauta própria, com apoio declarado de parte do PT à versão restrita a crimes hediondos. A tendência é que a Câmara aprove algum texto de redução, e a disputa passe a ser sobre o alcance da mudança.

Equipe técnica: Juan Carlos, Luan Sperandio, Gabriel Jubran, Danylo Shimano e Daniel Galvêas **EDIÇÃO 291 |** 08 de novembro de 2026

Dança ministerial avança nos bastidores, mas Lula só define nomes depois de viagem à Ásia



Esplanada dos Ministérios (Foto: Vinícius Schmidt/Metrópoles)

Dez dias depois da reeleição, o presidente Lula ainda não abriu formalmente as conversas sobre a equipe do quarto mandato. Segundo auxiliares, as definições ficam para depois da agenda internacional do presidente, que inclui a COP31, na Turquia, nos dias 11 e 12 de novembro, e uma passagem pelas Filipinas, com retorno previsto para o dia 16. Entre os integrantes da comitiva presidencial nas viagens estarão os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Enquanto isso, partidos aliados e integrantes do governo disputam espaço, e o mercado pressiona por um sinal na Fazenda.

Na equipe econômica, o governador reeleito do Piauí, Rafael Fonteles (PT), e o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) seguem como os nomes mais citados. Alckmin também aparece em especulações para a Defesa. Fernando Haddad, derrotado na disputa pelo governo paulista, não pretende voltar à Fazenda e passou a ser mencionado para a Casa Civil e para o Itamaraty. Para a Casa Civil, hoje ocupada por Miriam Belchior, o nome mais forte é o de Camilo Santana (PT-CE), que deixou o Ministério da Educação para atuar na campanha.

A principal novidade é a criação do Ministério da Segurança Pública, promessa de campanha que ganhou forma com a aprovação da PEC da Segurança. O governo prepara uma medida provisória para separar a área do Ministério da Justiça. Entre os cotados estão Camilo Santana, o promotor Lincoln Gakiya, especialista em crime organizado, o secretário nacional de Segurança Pública, Chico Lucas, e o senador eleito Rui Costa (PT-BA), que negou o interesse.

No campo político, os deputados Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) e Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) são cotados para a Esplanada, o primeiro para a Secretaria de Relações Institucionais. Também entram na equação ex-ministros que deixaram o governo para disputar a eleição e ficaram sem mandato, como Gleisi Hoffmann, Simone Tebet, Marina Silva, Renan Filho e Carlos Fávaro. O mesmo vale para o deputado José Guimarães (PT-CE), que não concorreu a pedido de Lula.

TENDÊNCIA: A reforma deve combinar a recolocação de quadros petistas sem mandato com a abertura de espaço ao Centrão, em troca de votos num Congresso em que o PL terá as maiores bancadas. A demora na escolha da Fazenda tende a manter a pressão do mercado até o retorno de Lula. O primeiro anúncio relevante deve ser o do comando econômico, seguido pelo novo Ministério da Segurança Pública.

Equipe técnica: Juan Carlos, Luan Sperandio, Gabriel Jubran, Danylo Shimano e Daniel Galvêas **EDIÇÃO 291 |** 08 de novembro de 2026

PL lança Marinho, Tereza mantém candidatura e Alcolumbre busca votos na oposição



Os senadores Rogério Marinho (PL-RN) e Tereza Cristina (PP-MS) (Foto: Geraldo Magela/Agência Senado)

O PL oficializou nesta quarta-feira (4) a candidatura do líder da oposição, Rogério Marinho (RN), à presidência do Senado no biênio 2027-2028. O anúncio veio depois de reunião da bancada em Brasília, com 33 senadores. Marinho afirmou já contar com mais de 40 votos, defendeu que a eleição da Mesa seja feita por voto aberto e disse que pretende chegar a uma composição com Tereza Cristina (PP-MS). O partido terá 29 senadores a partir de fevereiro e conta com o apoio dos três eleitos pelo Novo. Negocia ainda a filiação de outros três parlamentares, o que poderia levar a bancada a 34.

Tereza, no entanto, manteve a própria candidatura. A senadora lembrou que o projeto de presidir o Senado é anterior ao lançamento de Marinho, da época em que era cotada para vice de Flávio Bolsonaro, e disse que pretende ser a primeira mulher no cargo em mais de dois séculos de história da Casa. Ela afirmou que não fará lançamento formal e que as conversas com Marinho seguirão nos próximos dois meses. Entre as hipóteses discutidas está um acordo em que um dos dois disputa agora e o outro recebe apoio para o biênio seguinte, a partir de 2029.

Do outro lado, Davi Alcolumbre (União-AP) segue em campanha aberta. Com o apoio declarado de Lula e dos partidos de centro, o presidente do Senado afirma ter 48 votos e calcula receber ao menos quatro votos do PL. Para isso, acena com a possibilidade de discutir anistia aos condenados pelo 8 de Janeiro, incluindo Jair Bolsonaro, e com uma saída negociada com o governo para a prisão do ex-presidente. Também escolheu Eduardo Gomes (PL-TO) para relatar a LDO de 2027 e sinalizou que vai proteger o mandato de Flávio, autorizando sua participação remota nas sessões. Integrantes da bancada bolsonarista, porém, afirmam que não votarão nele. Na mesma quarta, Alcolumbre defendeu as urnas eletrônicas em plenário e teve embate com o líder do PL, Carlos Portinho (RJ), que o acusou de descumprir o acordo sobre a maioridade penal.

A eleição será em 1º de fevereiro, por voto secreto, e exige 41 votos.

TENDÊNCIA: A oposição tem votos para disputar a presidência, mas precisa chegar unida à eleição de fevereiro. Enquanto Marinho e Tereza não definirem um nome único, a divisão no mesmo campo favorece Alcolumbre, que usa a votação secreta e os acenos sobre anistia para atrair dissidentes. A defesa do voto aberto por Marinho é a principal arma para conter essas traições, mas depende de mudança regimental que o próprio Alcolumbre controla.

Equipe técnica: Juan Carlos, Luan Sperandio, Gabriel Jubran, Danylo Shimano e Daniel Galvêas **EDIÇÃO 291 |** 08 de novembro de 2026

Governo prepara decreto que regulamenta o fim da escala 6x1



Luiz Marinho, ministro do Trabalho e Emprego (PP-MS) (Foto: Fabio Rodrigues/Agência Brasil)

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, anunciou nesta quarta-feira (4) que o decreto de regulamentação do fim da escala 6x1 deve ser publicado na segunda-feira (9). A expectativa da pasta era divulgar o texto ainda nesta semana, mas o presidente Lula não conseguiu despachar o tema a tempo. Os dois se reúnem nesta quinta (5), e a minuta ainda depende de análise jurídica da Casa Civil. O decreto vai detalhar a aplicação da PEC 221/2019, promulgada pelo Congresso em 16 de outubro, que trocou o modelo de seis dias de trabalho e um de descanso pela semana de cinco dias com duas folgas.

Segundo Marinho, o texto não vai criar exceções por setor. A proposta é oferecer um cardápio de arranjos de jornada e escala, e caberá a cada segmento escolher o modelo mais adequado à sua realidade, com validação obrigatória em convenção ou acordo coletivo. Os limites são os da própria emenda constitucional: no mínimo oito folgas a cada 30 dias, redução gradual da jornada e preservação dos salários. Sem acordo coletivo, prevalece a escala de cinco dias de trabalho e dois de descanso.

O ministro deu exemplos de como essa flexibilidade pode funcionar. No telemarketing, atividade que já tem limite de horas diárias, seria possível intercalar semanas com uma e com três folgas, o que garante as oito folgas mensais exigidas. Nas escalas de 12 horas de trabalho por 36 de descanso, as horas excedentes também teriam tratamento definido em negociação coletiva, seja por pagamento mensal, seja pela conversão em folgas acumuladas às férias.

No Congresso, a líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE), afirmou que não há necessidade de nova PEC para tratar das exceções. O líder do MDB, Eduardo Braga (AM), porém, já havia anunciado a intenção de apresentar um texto paralelo sobre o tema.

TENDÊNCIA: Ao transferir a definição das escalas para a negociação coletiva, o governo reduz o atrito com setores que dependem de funcionamento contínuo, como comércio, serviços e saúde, e evita fixar exceções em norma própria. A consequência é deslocar o conflito para as mesas de negociação, onde a capacidade de cada sindicato vai pesar no resultado. A proposta de Braga indica que parte do Congresso ainda quer dar status constitucional às exceções, o que pode reabrir o debate em 2027.

Equipe técnica: Juan Carlos, Luan Sperandio, Gabriel Jubran, Danylo Shimano e Daniel Galvêas **EDIÇÃO 291 |** 08 de novembro de 2026

Selic é mantida em 13,75% com o efeito da eleição sobre os juros



Presidente Lula e o vice-presidente Geraldo Alckimin (Foto: Ricardo Stuckert/PT)

Em 4 de novembro de 2026, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central manteve a Selic em 13,75% ao ano, por unanimidade. A decisão encerrou um ciclo de cinco cortes de 0,25 ponto feitos desde março, que haviam tirado a taxa do patamar de 15%. Em setembro, o Copom ainda via espaço para cortar. Em menos de dois meses, três fatores mudaram o quadro: a forte alta do dólar após a eleição, o petróleo pressionado pelos conflitos no Oriente Médio e a aceleração da inflação de serviços. Pelo cenário do próprio Banco Central, a inflação deve fechar 2026 em 5,6% e 2027 em 4,7%, acima do teto da meta, de 4,5%. Mesmo com a pausa, o Brasil segue entre os maiores juros reais do mundo.

O principal gatilho foi a reação do mercado à reeleição de Lula, em 25 de outubro. Muitos investidores apostavam na troca de governo e num ajuste fiscal a partir de 2027. A vitória, somada a promessas como aumento real do salário mínimo, tarifa zero no transporte aos fins de semana e Pé-de-Meia universitário, provocou uma forte reprecificação. No primeiro pregão após a eleição, o Ibovespa caiu 13,9%, com acionamento do circuit breaker, e acumulou perda de cerca de 18% na semana. O dólar chegou a R$ 5,60 e fechou o dia em R$ 5,40. Antes da eleição, a maioria do mercado esperava um novo corte da Selic; depois, a aposta passou a ser de manutenção.

O Boletim Focus de 3 de novembro, o primeiro após a eleição, mostrou que a piora não é pontual. A inflação esperada para 2026 ficou em 5,2%. Para 2027, saltou de 4,3% para 4,8% em uma semana, rompendo o teto da meta. Para 2028, subiu para 4%, sinal de que o mercado perdeu confiança no médio prazo. O dólar esperado para o fim de 2026 subiu para cerca de R$ 5,3, e para R$ 5,4 em 2027. A Selic projetada para o fim de 2027 subiu para 12,5%, o que significa menos cortes à frente. Ao mesmo tempo, o crescimento esperado do PIB caiu para 1,8% em 2026 e 1,2% em 2027.

O pano de fundo é fiscal. A dívida bruta chegou a 82,9% do PIB pelo critério do Banco Central e está perto de 100% pelo critério do FMI, que recomenda um ajuste de 3 pontos do PIB em cinco anos. Sem esse ajuste, o risco país sobe, o real se desvaloriza e o Banco Central precisa manter juros altos para conter a inflação. Juros altos e crescimento baixo fazem a dívida crescer ainda mais, num círculo vicioso. Gastos como a ampliação do Bolsa Família e o crédito subsidiado do Plano Brasil Soberano também reduzem a força dos juros sobre a economia. No exterior, o Fed voltou a subir juros em setembro e as tarifas americanas de até 37,5% sobre produtos brasileiros pesam sobre as exportações.

A decisão unânime reforçou a credibilidade do Banco Central sob Gabriel Galípolo, ao mostrar que a política de juros não segue o calendário eleitoral. Lula evitou atacar o Banco Central e convocou, para 5 de novembro, uma reunião com Dario Durigan (Fazenda), Bruno Moretti (Planejamento), Aloizio Mercadante (BNDES), Galípolo e os ex-ministros Fernando Haddad e Guido Mantega, para discutir os rumos da política econômica. Até o fechamento deste texto, não havia notícia sobre o resultado desse encontro. Para a próxima reunião do Copom, marcada para 8 e 9 de dezembro, a expectativa do mercado é de nova manutenção da Selic. A volta dos cortes em 2027 depende de um pacote crível de contenção de gastos. Sem ele, choques já contratados para o início do ano, como o dólar a R$ 5,4, o fim da escala 6x1 e a nova CBS, podem manter a Selic em 13,75% durante todo o ano ou até forçar uma nova alta.

Equipe técnica: Juan Carlos, Luan Sperandio, Gabriel Jubran, Danylo Shimano e Daniel Galvêas **EDIÇÃO 291 |** 08 de novembro de 2026

Análise

A ilusão do atalho: Lara Resende e a heterodoxia à brasileira

O debate econômico brasileiro do segundo semestre de 2026 foi sacudido por uma proposta que resume um velho hábito nacional: buscar atalhos para fugir da restrição orçamentária do Estado. Em 25 de setembro, o economista André Lara Resende publicou o ensaio "Eu Acuso: uma proposta para eliminar os juros absurdos". O texto deu base teórica a setores políticos que rejeitam o ajuste das contas públicas justamente às vésperas de um novo mandato presidencial.

A trajetória do autor torna o episódio ainda mais curioso. Doutor pelo MIT, Lara Resende é um dos pais do Plano Real, cuja origem está no artigo "A moeda indexada", de 1984, escrito com Pérsio Arida. Mas ele também participou do Plano Cruzado, de 1986, o maior símbolo do fracasso heterodoxo no país. O Cruzado tentou acabar com a inflação por decreto e ignorou exatamente as condições que o próprio Lara Resende havia listado em 1984: déficit público sob controle e emissão de moeda contida.

O argumento central de "Eu Acuso" é que o problema fiscal brasileiro não está nos gastos, mas nos juros. Para Lara Resende, sem contar os juros, as contas estão "praticamente equilibradas", e a dívida só cresce por causa da Selic alta. Ele propõe criar um Conselho Fiscal e Monetário Nacional (CFMN), acima da autonomia do Banco Central, que manteria a Selic numa faixa entre a meta de inflação, de 3%, e o crescimento nominal potencial do PIB, de cerca de 5,5%, com uma margem temporária de 2 pontos. Na prática, a Selic cairia de 13,75% para 7,5% em cerca de 12 meses, com economia de cerca de 4% do PIB por ano. Para conter a provável fuga de capitais, o Banco Central usaria as reservas internacionais, de mais de US$ 350 bilhões.

A reação política foi rápida. A ex-ministra Gleisi Hoffmann (PT) elogiou publicamente o texto, e parte da base governista passou a usá-lo para defender juros menores sem corte de gastos. No mercado, cresceu o temor de uma versão brasileira da experiência da Turquia, onde cortes de juros forçados levaram ao colapso da moeda. Por outro lado, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, negou que Lula tivesse reunião marcada com Lara Resende e afirmou que a proposta tem "várias deficiências".

Os dados oficiais, no entanto, mostram um quadro mais grave do que o ensaio sugere. Nos 12 meses até setembro de 2026, o setor público teve déficit primário de R$ 70,1 bilhões, cerca de 0,5% do PIB, e gastou R$ 1,2 trilhão com juros, cerca de 9% do PIB. A dívida bruta chegou a 82,9% do PIB, ou R$ 11,1 trilhões, pelo critério do Banco Central, e está perto de 100% pelo critério do FMI. O déficit primário pode parecer pequeno quando comparamos com grandes economias, mas, com juros reais tão altos, o país precisaria de superávits consistentes e duradouros para estabilizar a dívida. Além disso, parte do gasto ficou fora da conta: segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, os empréstimos do governo fora da meta fiscal somaram mais de R$ 180 bilhões em 2026, incluindo R$ 22 bilhões do Plano Brasil Soberano. Esse crédito não entra no déficit primário, mas aumenta a dívida bruta e reduz a força dos juros sobre a economia. Somados a estímulos como a isenção do Imposto de Renda até R$ 5 mil, eles mantêm a inflação projetada acima do teto da meta.

A aposta neofisheriana de Lara Resende não é nova, e a discordância de John Cochrane, da Universidade Stanford, também não. Em janeiro de 2017, Lara Resende já defendia no Valor Econômico, com base num estudo de Cochrane sobre os juros perto de zero e o quantitative easing (compra de títulos em massa) após a crise de 2008, que juros mais altos levam a inflação mais alta. Semanas depois, entrevistado pelo Valor, Cochrane disse que "desaconselharia veementemente" cortar juros no Brasil para baixar a inflação sem ajuste fiscal prévio. Em 3 de novembro de 2026, voltou a responder. Chamou a proposta de "economicamente sofisticada", mas apontou falhas graves. Se a inflação cair junto com a Selic, o juro real não muda e a economia fiscal some. Fora isso, nada impede ou garante que o governo não gastaria a folga fiscal supostamente obtida. E os investidores podem cobrar mais nos títulos longos: o de 10 anos já paga 15,4%, acima da Selic. Para Cochrane, se a medida funcionasse, o real se valorizaria; prever fuga de capitais e queimar reservas é admitir que o mercado veria risco fiscal.

O episódio repete um padrão histórico no campo monetário. No Cruzado, o abandono da disciplina fiscal levou a desabastecimento, inflação acima de 20% ao mês, esgotamento das reservas e moratória da dívida externa em 1987. O Plano Real só deu certo em 1994 porque combinou a URV com ajuste fiscal prévio e política monetária rígida. Na década de 2010, a Nova Matriz Econômica cortou juros sem base fiscal e expandiu o crédito do Tesouro ao BNDES fora da meta, o que acabou em recessão em 2015 e 2016.

A reversão veio com o teto de gastos, aprovado em dezembro de 2016, que permitiu juros e inflação historicamente baixos.

Os atalhos à brasileira, porém, vão além da moeda. Em 1961, o economista americano Douglass North, que ganharia o Nobel em 1993 por seus estudos sobre instituições, veio ao Brasil avaliar os planos da Sudene, criada dois anos antes sob a liderança de Celso Furtado. Furtado apostava na industrialização induzida pelo Estado, com incentivos fiscais, para tirar o Nordeste do atraso. North duvidava: via um mercado consumidor pequeno e mão de obra pouco qualificada, e defendia priorizar a educação básica. Os incentivos prevaleceram, mas o resultado ficou aquém: os fundos regionais acumularam denúncias de desvio, a Sudene foi extinta em 2001 e recriada em 2007, e a renda por habitante do Nordeste ainda é cerca de metade da média nacional. O atraso na educação, que North apontava, também persiste. Em 2025, cerca de 1 em cada 10 nordestinos com 15 anos ou mais não sabia ler nem escrever (10,6%), mais que o dobro da média nacional (4,9%) e mais de quatro vezes o índice do Sudeste (2,3%). Os adultos da região estudam, em média, 9 anos, contra 10,9 no Sudeste. Celso Furtado ainda é o maior nome na academia desenvolvimentista brasileira.

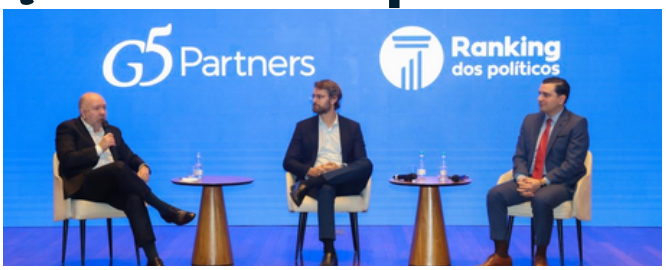
Lógica parecida marcou o II PND, do governo Geisel, que nos anos 1970 respondeu à crise do petróleo com investimentos financiados por dívida externa, em vez de ajuste. Quando os juros americanos dispararam, a conta chegou como a crise da dívida e a década perdida dos anos 1980. A lição comum é que adiar o ajuste não elimina a conta: só a torna maior e a joga sobre quem tem menos defesa. Quanto mais a dívida cresce, mais doloroso fica o remédio, porque os juros passam a consumir uma fatia cada vez maior do orçamento. Na recessão de 2015 e 2016, a conta veio como desemprego, que passou de 14 milhões de pessoas no início de 2017. Hoje, sem ajuste, ela tende a vir por três caminhos: cortes em benefícios sociais quando o caixa não fechar, investimento público espremido e infraestrutura precária, e impostos mais altos, como já mostra a alíquota de 11,3% da nova CBS. Ajustar cedo, de forma planejada e protegendo os mais vulneráveis, é o caminho menos doloroso.

Em 2026, o país tem de novo à mesa uma receita clara. O FMI recomenda um ajuste de 3 pontos do PIB em cinco anos, com uma âncora de dívida na regra fiscal, enfrentamento da rigidez das despesas obrigatórias, fim de subsídios regressivos e revisões de gastos obrigatórias no orçamento. A IFI considera o arcabouço fiscal insustentável e calcula que cumprir a meta de 2027 exigirá um bloqueio de R$ 35,7 bilhões. Com o ajuste, a dívida entra em trajetória de queda e os juros podem cair de forma sustentável. Sem ele, seja pela via radical de "Eu Acuso", seja pela expansão do crédito subsidiado já em curso, o Brasil tende a repetir sua história: juros reais altos, baixo crescimento e uma conta cada vez maior para os mais pobres. Não há atalho: juros menores e desenvolvimento duradouro dependem de instituições sólidas, Banco Central autônomo, fim da contabilidade paralela e ajuste estrutural dos gastos.

Daniel Galvêas
é Pesquisador Visitante na University of Illinois Chicago e Especialista em Políticas Públicas. É analista de políticas públicas do ***Ranking dos Políticos****.*



Em destaque no Ranking



• RANKING DOS POLÍTICOS PARTICIPA DE EVENTO DA G5 PARTNERS SOBRE O FUTURO DO BRASIL

A G5 Partners recebeu, em sua sede em São Paulo, Alexandre Ostrowiecki, fundador do **Ranking dos Políticos**, e Juan Carlos Arruda, cientista político e diretor-geral da organização, para o encontro "Brasil em Transição". A conversa foi conduzida por Luis Otavio Leal, sócio e economista-chefe da G5 Partners.

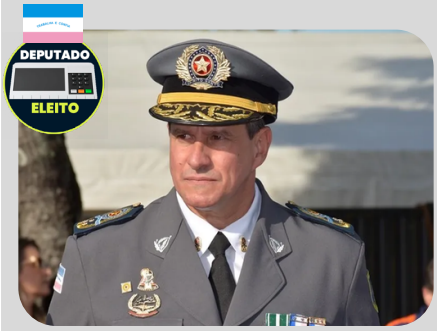
O encontro reuniu empresários e investidores para uma análise dos resultados das eleições de 2026, da composição do Congresso Nacional a partir de 2027 e dos desafios de governabilidade que aguardam o próximo governo. Também foram discutidos os impactos do novo cenário político sobre a economia brasileira e as perspectivas para os próximos anos.

• NABUCO SE TORNA NOVA MANTENEDORA DO RANKING

O **Ranking dos Políticos** dá as boas-vindas à Agência Nabuco, que passa a integrar o grupo de mantenedores da organização. Especializada em relações governamentais, regulação, comunicação estratégica e políticas públicas, a agência desenvolve metodologias próprias de monitoramento legislativo e análise de risco político.

A parceria reúne duas organizações que, a partir de atuações distintas, contribuem para uma melhor compreensão do ambiente político e institucional brasileiro. Enquanto a Nabuco auxilia empresas na interpretação do cenário regulatório e legislativo, o Ranking dos Políticos transforma dados sobre votações, gastos e atuação parlamentar em informações acessíveis à sociedade.

PARLAMENTAR DA SEMANA



Deputado Coronel Ramalho (REPUBLICANOS-ES)

Alexandre Ofranti Ramalho, conhecido como Coronel Ramalho, natural de Vitória (ES), é coronel da Polícia Militar do Espírito Santo, na qual ingressou em 1991. Foi comandante-geral da corporação entre 2018 e 2019 e secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social em dois períodos do governo Renato Casagrande. Disputou uma vaga na Câmara dos Deputados em 2022, pelo Podemos, ficando como suplente, e a Prefeitura de Vila Velha em 2024, pelo PL. Secretário municipal de Meio Ambiente de Vitória, filiou-se ao Republicanos em 2025 e, em 2026, elegeu-se deputado federal pelo Espírito Santo com 60.085 votos.

Na campanha, priorizou pautas de segurança pública, como o combate à criminalidade, o endurecimento da legislação penal e o fortalecimento das forças de segurança.

Ranking dos políticos

Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente.

Nosso levantamento leva em consideração os pilares **eficiência da máquina pública, melhoria do ambiente de negócios e combate à corrupção**.

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros, como o Radar Político.

Equipe técnica:
Juan Carlos
Danylo Shimano
Luan Sperandio
Daniel Galvêas
Gabriel Jubran

Projeto Gráfico:
Tamyres Meyer

Diagramação:
Giancarlo Mendes

Ajude a garantir a sustentabilidade do maior projeto de melhoria do Congresso Nacional brasileiro.

FAÇA UMA DOAÇÃO!

Associação Voto Real / CNPJ 15.747.906/0001-41
BTG Pactual - Agência 0050 c/c 00489493-6
ranking.org.br/apoie

www.ranking.org.br

contato@ranking.org.br

Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
1º andar, Sala 104, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

Mantenedores:

ANR Associação Nacional de Restaurantes · agência nabuco · Values News Intelligence · Private Engenharia & Soluções · HSI Investimentos · JUDIT